

ERON KEOMA NASCIMENTO

**AQUI VIVEMOS, AQUI LUTAMOS:**

A Ocupação Amarildo de Souza no contexto da formação socioespacial  
de Florianópolis

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito  
para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller.  
Co-orientador: Prof. Dr. Iraldo Alberto Alves Matias

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nascimento , Eron Keoma

AQUI VIVEMOS, AQUI LUTAMOS : A Ocupação Amarelido de Souza no contexto da formação socioespacial de Florianópolis / Eron Keoma Nascimento ; orientador, Ricardo Gaspar Müller, coorientador, Iraldo Alberto Alves Matias, 2018.

74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Acumulação. 3. Segregação socioespacial. 4. Ocupação. 5. Trabalhadores sem teto. I. Müller, Ricardo Gaspar. II. Alves Matias, Iraldo Alberto. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

Eron Keoma Nascimento

**AQUI VIVEMOS, AQUI LUTAMOS: A OCUPAÇÃO  
AMARILDO DE SOUZA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO  
SOCIOESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel” e aprovada em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 05 de julho de 2018.

---

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Ricardo Gaspar Müller, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Iraldo Alberto Alves Matias, Dr.  
Co-orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer brevemente a todas e todos que contribuíram de alguma forma para a conclusão dessa pesquisa. Sem o trabalho coletivo, que envolve desde o suporte material até o apoio emocional, a realização desse estudo não seria possível.

Agradeço a meus familiares, camaradas de movimento estudantil, colegas de curso e professores por construir comigo essa jornada. Seguiremos juntos pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

“Nossos inimigos dizem: A luta terminou.

Mas nós dizemos: ela começou.

Nossos inimigos dizem: A verdade está liquidada.

Mas nós dizemos: Nós a sabemos ainda.

Nossos inimigos dizem: Mesmo que ainda se conheça a verdade  
Ela não pode mais ser divulgada.

Mas nós a divulgamos.

É a véspera da batalha.

É a preparação de nossos quadros.

É o estudo do plano de luta.

É o dia antes da queda

De nossos inimigos.”

Bertolt Brecht



## RESUMO

A expansão da economia capitalista nos meios urbanos e rurais, ao longo da história recente, principalmente após a segunda revolução industrial, causou diversos impactos negativos na vida cotidiana da classe trabalhadora. O crescimento demográfico, os grandes fluxos de migração, a urbanização acelerada, o alto preço das habitações e a acumulação de capital, promovidos pelo desenvolvimento do capitalismo, sem uma contrapartida de estrutura material que suportasse essa rápida expansão, levaram as cidades a se tornarem ambientes com expressivas desigualdades regionais internas. O objetivo desta pesquisa é analisar o movimento social de luta por terra e moradia Ocupação Amarildo de Souza, originado em Florianópolis em dezembro de 2013, enquanto expressão das contradições geradas no contexto da formação socioespacial da cidade. Em relação aos objetivos específicos, o projeto buscará compreender a rápida ascensão e massificação que o movimento apresentou em um curto período de tempo, analisar e compreender as particularidades da formação econômica e social de Florianópolis e identificar as possíveis correlações entre a especulação imobiliária na cidade e a organização da Ocupação Amarildo de Souza. A metodologia aplicada será a análise bibliográfica acerca do desenvolvimento socioeconômico e geográfico da cidade, analisando através de uma perspectiva sociológica as relações entre a conjuntura política e as ações dos trabalhadores sem-teto.

**Palavras chave:** Acumulação; Segregação socioespacial; Ocupação; Trabalhadores sem-teto.

## ABSTRACT

The expansion of Capitalism in urban and rural environments throughout recent history, especially after the second industrial revolution, caused a number of negative impacts on the daily life of the working class. Population growth, large migration flows, fast urbanization, the high price of housing, and the accumulation of capital promoted by the development of Capitalism without an appropriate material structure to support the accelerated expansion led cities to become environments with deep regional inequalities at the core. The objective of this research is to analyze a social movement that fights for land and housing known as Ocupação Amarildo de Souza, which originated in Florianópolis in December 2013, as an expression of the contradictions generated by the context of the socio-spatial formation of the city. In relation to the specific objectives, this project will seek to understand the rapid rise and massification that this social movement presented in a short period of time, analyzing and understanding the particularities of the social and economic formation of Florianópolis, and to identify the possible correlations between real estate speculation in the city and the organization of Ocupação Amarildo de Souza. The applied methodology will consist of a review of literature analyzing the socioeconomic and geographical development of the city, and analyzing through a sociological perspective the relations between the political conjuncture and the actions of the homeless workers.

**Keywords:** Accumulation; Socio-spatial segregation; Occupation; Homeless workers.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS MEIOS URBANOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	13
2.1. A gênese da contradição habitacional .....	13
2.2. Transformações do capital e impactos urbanos	19
3. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS.....	25
3.1. A colonização açoriana e a ocupação do espaço de Florianópolis.....	25
3.2. O processo de urbanização da capital do século XVIII ao século XX .....	29
3.3. A expansão imobiliária dos anos 1990 e a segregação socioespacial na atualidade.....	34
4. OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA: EXPRESSÃO DAS CONTRADIÇÕES URBANAS E ALTERNATIVA PARA OS TRABALHADORES .....	41
4.1. Breve histórico das lutas por terra e moradia no Brasil e em Florianópolis .....	41
4.2. O primeiro momento de organização da ocupação.....	46
4.3. Composição e desafios: A origem dos ocupantes e o destino da Ocupação.....	50
4.4. A conquista da Comuna: Consolidação do assentamento e o início de um novo ciclo.....	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	67



## 1. INTRODUÇÃO

A cidade como conhecemos atualmente não é meramente um reflexo da organização utilitária do espaço, tendo como base aspectos técnicos e operacionais. Sua configuração atual é resultado de um amplo processo histórico permeado por transformações de caráter social e econômico, que possuem suas especificidades próprias, mas que estão constantemente vinculadas à totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista (IASI, 2013, p. 41). As contradições resultantes desse sistema, como a desigualdade social, a segregação socioespacial, a migração forçada e a dificuldade de acesso à moradia não são fenômenos recentes, tampouco exclusivos do capitalismo. Porém, com a desvinculação do trabalhador de seu meio de produção proporcionada pela consolidação das grandes indústrias, e com a rápida acumulação de capital combinada com a concentração de renda, estes problemas passaram a ser cada vez mais recorrentes e profundos.

As cidades brasileiras não fogem do quadro geral propagado pelo desenvolvimento do capitalismo, mas estão inseridas nesse quadro de acordo com o modelo de colonização imposto ao longo da formação do país. A ocupação territorial estimulada no país foi marcada pela concentração de latifúndios nas mãos de pequenos extratos sociais que compunham a classe dominante, formada principalmente por fazendeiros ligados à produção agrícola e pecuária, visando suprir a demanda dos países centrais através da exportação. A ausência de uma reforma agrária efetiva nas regiões rurais – majoritárias no Brasil até a década de 1960 – impactou diretamente na formação das regiões

urbanas, que passaram a ser maioria no país na década de 1970<sup>1</sup>. A centralização de capital nos centros urbanos necessita da existência do exército industrial de reserva, o qual estará à disposição para vender sua força de trabalho em caso de expansão da capacidade produtiva. A força de trabalho excedente, oriunda das zonas rurais, serve como amparo para a ampliação da produção econômica, esta por sua vez é estimulada através de processos de migração em massa e de crescimento populacional.

Em conjunto com as características do capitalismo brasileiro, as particularidades presentes na formação do espaço urbano de Florianópolis, construídas historicamente desde o início da colonização açoriana, influem na pauta do acesso a moradia para a classe trabalhadora e as classes populares. Políticas higienistas, remoções e desapropriações violentas realizadas no centro da cidade, amparadas por um conceito de modernização e urbanização da cidade, ocasionaram o deslocamento das classes populares para bairros periféricos e para encostas de morros, segregando socialmente o espaço e reforçando as desigualdades estruturais.

Diante deste quadro, as ocupações urbanas não devem ser compreendidas como fenômenos deslocados que emergem espontaneamente dentro do contexto das cidades, pois o cenário constituído nos meios urbanos nos últimos anos, síntese das múltiplas faces e relações contidas no capitalismo, torna-se propício para a

---

<sup>1</sup> “Em 1970 a população urbana ultrapassa a população rural, pois chega a 52.904.744 de habitantes contra 41.603.839 residentes da zona rural.” Atlas geográfico do Brasil. Texto 2 – Brasil: Um país urbano. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/projetoamora/atividades-integradas/atividades-integradas-2011/atlas-geografico-do-brasil/central-de-producao>> acesso em: 03/01/18

organização dos setores da sociedade que são atingidos diretamente por tais contradições.

Os movimentos sociais que reivindicam acesso a terra e/ou moradia organizam os trabalhadores para resistir à lógica excludente imposta pela expansão territorial do capitalismo, contrapondo a especulação imobiliária e a ausência de políticas públicas efetivas para a questão da habitação, transformando as ocupações em instrumento de mobilização de massas. A organização e ação política torna a pauta mais visível e traz à tona profundos debates, sendo esse último um dos objetivos da pesquisa.

## 2. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS MEIOS URBANOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

### 2.1. A gênese da contradição habitacional

A desvinculação do trabalhador artesão ou camponês de seu meio de produção foi uma das mudanças mais radicais que o modo de produção capitalista proporcionou gradualmente ao conjunto das relações sociais. Não só o pequeno artesão perdeu seu espaço para a grande maquinaria, como também o camponês teve suas terras expropriadas violentamente para servir de base para a produção de matérias primas, como o caso clássico da Inglaterra. Essa mudança, além de transformar em capital os meios sociais de subsistência, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados que possuem como única forma de sobrevivência a venda de sua força de trabalho, conforme apontado na obra *O Capital*:

A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 2013, p. 831).

Sendo assim, constitui-se como base da sociedade capitalista a propriedade privada dos meios de produção, a divisão da sociedade em classes antagônicas e a organização das relações de produção econômicas pautadas pela divisão social do trabalho. Esta divisão proporciona o aprofundamento da concorrência que irá se desenvolver entre o campo e a cidade, conforme aponta Marx em *A Ideologia Alemã*: “A divisão do trabalho no seio de uma nação começa por provocar a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e, com ela, a separação de cidade e campo e a oposição dos interesses de ambos.” (MARX, 2006, p. 01).

O processo de expropriação dos camponeses foi extremamente violento, amparado por leis e pela truculência conduzida pelo Estado, o que culminou em uma massa de trabalhadores rurais expulsa de suas terras, progressivamente forçada a migrar para as cidades, onde eram situados os grandes parques industriais e havia demanda de emprego. Surgirá deste processo uma nova classe social, o proletariado, composto em grande parte por trabalhadores médios que estavam situados no campo e irão ocupar os postos nas indústrias recentemente desenvolvidas. O avanço industrial apresenta uma tendência centralizadora. Com a supressão do artesanato pela maquinaria, a pequena burguesia artesã passa a ser dissolvida, convertendo alguns poucos em industriais burgueses, mas levando a imensa maioria dos

despossuídos a se juntarem à grande massa operária que passou a habitar as grandes cidades, acentuando a divisão das classes sociais em dois polos opostos.

No caso inglês, o contingente populacional cresceu rapidamente como resultado do êxodo rural e também das imigrações irlandesas. Em consequência, junto com a formação dos grandes centros urbanos industrializados, coloca-se o problema do déficit habitacional, como relatou o teórico e filósofo alemão Friedrich Engels em sua obra intitulada “Sobre a questão da moradia”, datada de 1872-1873:

Uma coisa é certa, porém: já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real ‘escassez de moradia’. Naturalmente, isso só poderia ser feito mediante a expropriação dos atuais possuidores, ou então, mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem-teto ou trabalhadores aglomerados nas moradias atuais. (ENGELS, 2015, p. 56).

O problema central abordado por Engels não diz respeito à quantidade suficiente de habitações para abrigar o contingente da classe trabalhadora nas regiões metropolitanas. Trata-se de apontar que as moradias presentes, principalmente nas regiões centrais das cidades, são alvo de grande especulação, proporcionando um cenário que dificulta o acesso à habitação por parte do proletariado. O valor da propriedade é elevado conforme o desenvolvimento de indústrias e comércios locais que, por sua vez, tendem a caminhar conjuntamente com a expansão da indústria da construção civil.

A construção de moradias para aqueles que trabalham no centro da cidade começa a não se tornar rentável para a indústria, levando a uma aparente escassez de habitações. Desse modo, com a “escassez” e a

supervalorização dos imóveis restantes, os trabalhadores começam a ser deslocados progressivamente para as regiões periféricas da cidade, ou para locais impróprios para moradia devido às condições geográficas e sanitárias. A ação do Estado compactua com a manutenção e o aprofundamento deste quadro, aprimorando a infraestrutura e o saneamento das regiões de interesse da burguesia, desde os locais onde habitam até regiões essenciais para a produção e circulação de matérias-primas e mercadorias.

A urbanização das cidades modernas foi um processo que se desencadeou como resultado da Revolução Industrial. Portanto, é indispensável analisar as origens das contradições decorrentes das formações urbanas industriais, pois elas servirão como base para a expansão capitalista nos meios urbanos dos mais variados lugares do mundo. Guardadas as particularidades históricas da formação econômica de cada sociedade, os fatores que proporcionam a centralização de capital seguem tendências gerais, que podem ser observadas, por exemplo, nas formações de bairros periféricos – alguns exclusivamente proletários –, em péssimas condições, em contraposição aos bairros burgueses das classes dominantes.

Em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, escrita em 1845, Friedrich Engels analisa as condições dos trabalhadores diante das novas concentrações urbanas das cidades, decorrentes das transformações propiciadas pelo desenvolvimento do capital industrial ao longo do século XIX. O debate de Engels sobre a centralização de capital em determinados espaços das cidades industriais inglesas e as consequências trazidas por este movimento irá nortear a discussão sobre

a distribuição e circulação geográfica de recursos econômicos, pautada por diversos teóricos marxistas contemporâneos. De acordo com Engels:

Também a população se torna centralizada, como o capital – o que é natural, porque, na indústria, o homem, o operário, não é considerado mais que uma fração do capital posta à disposição do industrial e a que este paga um juro, sob o nome de salário, por sua utilização. O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar próximos e juntos – e, por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila. Os operários têm necessidades cuja satisfação depende de outras pessoas, que acorrem à vila: artesãos, alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros. Os habitantes da vila, especialmente a geração mais jovem, habitam-se ao trabalho fabril, familiarizam-se com ele e quando a primeira fábrica, como é compreensível, já não os pode empregar a todos, os salários caem, e, em consequência, novos industriais ali se estabelecem. Assim, da vila nasce uma pequena cidade e da pequena, uma grande cidade (Engels, 2007, p. 64-65).

O estabelecimento de indústrias atrai fluxos populacionais que demandam uma série de atividades econômicas para a reprodução de sua força de trabalho. Esses ciclos, presentes na expansão da capacidade produtiva, deram início ao aumento das desigualdades regionais em grande escala, causando um massivo e rápido êxodo rural – mesmo nos países periféricos do capitalismo, como se discute para o caso brasileiro –, tendo seus grandes fluxos de migração e êxodo rural apenas na segunda metade do século XX. Embora existam a grande circulação e a centralização de capital nas novas cidades, as desigualdades logo se manifestam no âmbito do espaço urbano através do zoneamento de áreas por classe social, os bairros operários são precarizados e marginalizados,

ficando localizados “longe do olhar das classes mais afortunadas” (ENGELS, 2007, p. 70).

A segregação socioespacial é intrínseca ao funcionamento e à reprodução do capital. Esse processo foi reproduzido em escala global, principalmente através do colonialismo, que serviu de base para a consolidação do capitalismo na Europa, e do imperialismo, ou tende a ser reproduzido em escala regional e mesmo local, dentro das próprias cidades, acentuando o contraste entre determinados bairros. O quadro desenvolvido nas cidades é de constante disputa. Com o crescimento vegetativo incessante, os espaços acabam cada vez mais restritos e valorizados, tornando-se alvo do mercado imobiliário e da construção civil, restando aos trabalhadores a ocupação de comunidades irregulares, como encostas de morros, mangues, margens de rios e regiões arenosas, o que resulta em uma qualidade de vida extremamente precária, sem saneamento e com dificuldades de deslocamento. Enquanto os bairros nobres possuem infraestrutura adequada, financiada pelo poder público e oferta de serviços básicos – como escolas, hospitais e comércios variados – o que, por fim, valoriza ainda mais os imóveis existentes nesses locais.

A valorização das propriedades, especialmente do solo urbano, porém, não ocorre da mesma forma que outras mercadorias, pois não se trata de um capital convencional e sim de um equivalente de capital. Logo, será o uso desta posse que irá determinar sua valoração. Conforme aponta Karl Marx, no livro 3 de O Capital:

Onde quer que exista renda, a renda diferencial aparece por toda parte, obedece às mesmas leis que a renda diferencial agrícola. Onde quer que forças naturais sejam monopolizáveis e assegurem um sobrelucro ao industrial que as explora, seja

uma queda d'água, uma mina rica, um pesqueiro abundante ou um terreno para construção bem localizado, aquele cujo título sobre uma parcela do globo terrestre o torna proprietário desses objetos da natureza subtrai esse sobrelucro, na forma de renda, ao capital em funcionamento. (MARX, 1988, p. 222).

## 2.2. Transformações do capital e impactos urbanos

Produto da sociedade moderna e altamente planejado em alguns casos, o espaço urbano não pode ser entendido como uma simples divisão tecnicista e funcional entre habitações, comércios e populações. A cidade deve ser compreendida como uma expressão da complexidade das relações sociais e humanas, que se materializam de forma política e espacial nas novas configurações urbanas. Por ser expressão das relações sociais de produção, apresentam as contradições que estão em sua base (IASI, 2013, p. 41). Ou seja, a compreensão da organização espacial capitalista possui o desafio de “elaborar representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas” (HARVEY, 2006, p. 145).

A compreensão da segregação socioespacial também passa pelo entendimento das dinâmicas de reprodução do capital. Dessa forma, a organização e reorganização espacial do capital constituem uma estratégia para conter as contradições inerentes ao modo de produção, conforme Silver (2005) apontou em sua obra:

Para resumir em uma frase, a trajetória da indústria automobilística mundial sugere que, para onde vai o capital, o conflito vai atrás. Ou, parafraseando David Harvey (1989, p. 196; 1999 p. 390, 442), o deslocamento sucessivo da produção é uma ‘solução espacial’ que apenas “adia crises”, em vez de resolvê-las definitivamente (SILVER, 2005, p. 53).

Desde sua formação, o modo de produção capitalista passou por uma série de reestruturações em suas relações de produção, formas de circulação e no caráter de sua acumulação. Geralmente as reorganizações, dentro dos moldes do capital, ocorrem após períodos de crise econômica, quando se faz necessário o desenvolvimento de novos padrões para a extração de mais-valia, tendo em vista as limitações dos moldes anteriores. A organização espacial das condições necessárias para a acumulação caminha conjuntamente com as transformações do capitalismo, exercendo por vezes o papel de protagonista.

No campo de análise histórico-materialista considera-se como mudança fundamental no caráter da produção a formação dos monopólios no fim do século XIX, culminando na ascensão e consolidação do imperialismo, uma fase superior do capitalismo onde o capital financeiro assume a centralidade junto ao capital industrial. A livre concorrência entre as empresas, propagada como uma “lei natural” até o início do século XX, levou inevitavelmente à concentração da produção, o que, por sua vez, conduz as indústrias e os bancos à monopolização das atividades econômicas, conforme apontou o teórico russo Vladimir Ilitchi Lênin, em sua obra de 1917:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento de cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida

econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, 2003, p. 17).

As relações estabelecidas pelos grupos capitalistas têm como base a partilha do mundo entre os países consolidados como potências, com destaque para Inglaterra e França, os quais disputam colônias e a divisão do território econômico na busca por matérias-primas e mercados consumidores. Os países situados na África, Ásia, América Latina, Polinésia e Oceania converteram-se em propriedades das potências europeias de forma violenta e acelerada a partir da década de 1870, período onde se encerrava a ampla livre concorrência e ascensão do capital monopolista, evidenciando a relação entre a redivisão geográfica e as transformações econômicas dentro dos marcos do capitalismo.

Deste modo, o imperialismo reforça e acentua as desigualdades regionais consolidadas historicamente, reproduzindo a centralização de capital em escala global, criando uma série de países periféricos inseridos em uma lógica de dependência econômica em relação aos países com o desenvolvimento avançado das forças produtivas. A dominação sobre estes territórios não ocorre de forma direta, por meio da ocupação militar e do controle político, mas através do controle financeiro e diplomático (LENIN, 2003, p. 65).

O processo desencadeado pelo capitalismo monopolista no final do século XIX e início do século XX proporcionou uma fase expansionista e de acumulação de capitais, logo sucedida por uma crise estrutural em 1929. O período pós-crise serviu para gestar uma nova forma de acumulação e de organização das linhas de produção, que veio a se consolidar após a Segunda Guerra Mundial, baseada no fordismo implantado nas fábricas e no keynesianismo como política econômica.

Este cenário se demonstrou razoavelmente estável por um bom tempo nos países centrais, onde se concentrou e acumulou a maior parte da riqueza gerada pelo modo de produção de forma global, e onde foram estimulados processos de socialização e ampliação dos direitos básicos. Consolidado o fordismo como modo de organização da produção e o keynesianismo como regulador das atividades econômicas, a vida social foi reorganizada e disciplinada, tendo o trabalhador que se adaptar à nova linha de montagem. Contudo, a nova forma de regulação social também pautava o acesso dos trabalhadores aos bens de consumo e à melhora relativa das condições de vida, estimulando desta forma o crescimento da demanda efetiva e a oxigenação da economia. Não somente mudou a vida do trabalhador em seu local de trabalho, como também todas as relações sociais: por meio de uma nova forma de organizar a vida, os trabalhadores eram disciplinados para o consumo, garantindo assim movimentações na economia de forma mais intensa, mesmo quando fora das linhas de produção.

No caso mais específico do Brasil, dada sua formação histórica, econômica e social primeiro como colônia e posteriormente como país de economia dependente, podemos analisar a problemática sob a perspectiva de que permanecemos inseridos na periferia capitalista, portanto:

[...] as cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás são características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da ‘política do favor’. (...) vamos priorizar o fato de que grande parte de nossas cidades é construída pelos próprios moradores em áreas invadidas – muitas delas ambientalmente frágeis – ou adquirida de loteadores ilegais. (...)

trata-se, portanto, de uma força de trabalho barata, segregada e excluída da cidade legal. Assim como vivemos a industrialização dos baixos salários, podemos dizer que vivemos a urbanização dos baixos salários. (MARICATO, 2013, p. 21).

A industrialização brasileira ocorreu de acordo com a inserção periférica do país no sistema capitalista, trazendo consigo uma série de problemas para o processo de urbanização que, por sua vez, acentuou os problemas já existentes nas cidades. O Brasil tornou-se um país majoritariamente urbano somente na década de 1970 (quando a população rural passa a ser menos da metade da população em números absolutos)<sup>2</sup>, o que trouxe problemas acentuados em sua formação, pois a partir dos anos 1980 o avanço do êxodo rural proporcionou o inchaço das grandes cidades, que não tiveram suas infraestruturas desenvolvidas de modo suficiente para dar conta da rápida expansão.

O capitalismo brasileiro não estabeleceu um pacto de conciliação que visasse o bem-estar social nos mesmos moldes que as economias centrais; os setores da burguesia nacional não possuem historicamente um projeto de desenvolvimento nacional que confronte com os interesses externos, portanto, os interesses hegemônicos dessa burguesia estão em acordo com os interesses do capital internacional. O fordismo-keynesianismo ocorreu de forma periférica no Brasil, sem dar acesso pleno para a classe trabalhadora ao consumo de massa e às melhores condições de vida que se estabeleceram nos países centrais

---

<sup>2</sup> Atlas geográfico do Brasil. Texto 2 – Brasil: Um país urbano. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/projetoamora/atividades-integradas/atividades-integradas-2011/atlas-geografico-do-brasil/central-de-producao>> acesso em: 12/06/2017.

(LIPIETZ, 1989, p. 310). Conforme aponta o geógrafo britânico David Harvey:

Devem-se acrescentar a isso todos os insatisfeitos do Terceiro Mundo com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática, promovia destruição de culturas locais, muita opressão e diversas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante píftios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo, no campo da saúde), a não ser para uma elite nacional muito afluente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional. (HARVEY, 2009, p. 133).

Com a decadência do modelo keynesiano a partir da crise econômica do petróleo em 1973, a ideologia neoliberal pautando o desmonte de parte do aparato estatal, começa a ganhar força no mundo e a ascensão dessa nova fase da acumulação de capital chega à periferia capitalista de forma devastadora. A cidade sob o keynesianismo, de maneira geral, era planejada de modo a atender às principais necessidades de circulação e acumulação de capital, colocando como prioridades os zoneamentos, planejamentos urbanos e planos diretores. No contexto de ascensão neoliberal, a cidade passa a ser concebida como espaço direto de valorização e financeirização do capital, onde a concorrência está estabelecida entre outras cidades visando captar recursos e atrair investidores e eventos, muitas vezes se utilizando de subsídios públicos e isenções fiscais para desbancar os concorrentes. A cidade neoliberal então demarca ainda mais as contradições vividas anteriormente pelos trabalhadores brasileiros acentuando os problemas do chamado desenvolvimentismo excludente, precarizando as condições de trabalho, moradia, estudo e lazer, dificultando a expansão e melhora

dos transportes coletivos e segregando os espaços urbanos (VAINER, 2013, p. 38-39).

As transformações estruturais, promovidas por reorganizações do capital, acentuam as desigualdades regionais, as quais se manifestam de formas internacionais nas disputas políticas e econômicas entre países e de formas locais, com desigualdades, disputas inter-regionais e segregação socioespacial dentro de uma única cidade. A reprodução do capitalismo ocorre em todas as esferas das relações sociais e, em sua expansão espacial, caracterizada pela concentração de capital em determinado espaço geográfico, as contradições se manifestam na dificuldade de deslocamento do trabalhador para seu local de trabalho, na ausência de saneamento, políticas públicas de infraestrutura e no acesso a habitações. O contexto em que se ambientam estas e muitas outras contradições proporciona o desenvolvimento de alternativas, vinculadas aos interesses populares, que buscam superar ou ao menos apresentar um contraponto aos rumos que vem tomando a lógica de reprodução do capitalismo.

### 3. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS

#### 3.1. A colonização açoriana e a ocupação do espaço de Florianópolis

O modo que cada cidade é constituída deriva de um amplo conjunto de relações sociais, guardando particularidades próprias, influenciadas por disputas de interesses entre variadas classes e segmentos daquela sociedade. Para que haja compreensão da formação socioespacial e econômica de determinado local é necessário que haja uma profunda análise da totalidade que engloba essas relações,

analisando-as enquanto expressão de um processo histórico, inseridas em determinada conjuntura específica dentro do contexto político nacional e internacional.

A ocupação do espaço geográfico de Florianópolis, por parte dos colonizadores portugueses, tem seu início no século XVII, em decorrência da expansão do capital comercial europeu, que iniciava um processo de integração econômica entre diversas partes do mundo. O ciclo econômico mercantilista, encabeçado pelas grandes navegações, modificou as estruturas de produção e elevou as relações comerciais a um novo patamar em nível mundial. As colônias, localizadas neste período majoritariamente na América, passam a ser uma das principais fontes de riqueza dos impérios europeus, fornecendo uma vasta quantidade de recursos naturais como madeira e alimentos.

Neste processo de colonização, o Brasil foi inserido de acordo com os interesses da monarquia de Portugal, tornando-se um país dividido em grandes propriedades agrícolas, com a finalidade de atender as demandas do mercado externo. A região sul possuía uma característica peculiar, onde predominou a ausência de um povoamento expansivo e dinâmico, sem que houvesse uma delimitação clara das fronteiras, ocasionando disputas por terras e riquezas naturais entre as potências mundiais da época. Com a abundância de terras e o baixo contingente de força de trabalho para ocupar os espaços ociosos, as ameaças de invasão da coroa espanhola eram frequentes, levando a coroa portuguesa a adotar estratégias de povoamento para as principais áreas em conflito (CAMPOS, 1991).

No decorrer do século XVII o povoamento da região sul brasileira tem seu início, a partir das regiões litorâneas, por antigos

habitantes da capitania de São Vicente, ainda de forma lenta e gradual. Porém, será apenas no século XVIII, diante da crise do comércio ultramarino português, que ocorrerá a intensificação do povoamento da região. Com esta crise, além do recorrente perigo de invasões da coroa espanhola, o litoral catarinense passa a integrar de forma mais efetiva o campo de interesses econômicos da coroa portuguesa, a fim de assegurar seu domínio econômico em sua principal e mais rentável colônia de exploração, o Brasil.

Diante deste quadro político será fundada a Capitania de Santa Catarina, com o intuito de reforçar militarmente a costa litorânea brasileira em 1738. A criação de uma capitania significava a vinda de um grande aparato administrativo civil e militar, para gerir as relações econômicas e as questões relacionadas à defesa da costa catarinense contra as invasões e ameaças externas. Este aparato em nada seria útil sem que houvesse, de forma concomitante, a ocupação e o povoamento mais intenso da região. Buscando resoluções para a baixa densidade demográfica, a coroa portuguesa passou a estimular a imigração de trabalhadores portugueses para o litoral catarinense, e em meados de 1748 inicia-se o processo de imigração açoriana para a então chamada Ilha de Santa Catarina, ocasionando mudanças estruturais na cidade a partir de então.

Como consequência direta da onda imigratória, a ocupação do espaço e a divisão territorial serão baseadas na pequena propriedade, diferentemente da configuração geográfica e econômica predominante no Brasil, onde os latifúndios e grandes propriedades eram dominantes, seguindo os interesses da coroa portuguesa subordinados ao capital comercial estrangeiro, focando sua produção nas monoculturas e

utilizando a força de trabalho escrava em larga escala. Para a classe dos latifundiários que controlava os rumos da economia colonial, não era interessante ceder a força de trabalho escrava aos interesses estratégicos da coroa neste caso, pois acarretaria uma queda no ritmo da produção das monoculturas, diminuindo os lucros obtidos a partir do comércio exterior. Entretanto, apesar de não acontecer em larga escala, é importante apontar a presença de trabalho escravo desde o início da ocupação territorial da Ilha de Santa Catarina, sendo explorado primeiramente o trabalho de indígenas, predominante até meados do século XVIII e posteriormente de africanos, retirados a força de seus países de origem (AUED, 1999).

Deste modo, o que se tornou mais viável foi a formação de colonizadores que pudessem suprir tanto as demandas econômicas de abastecimento do corpo administrativo que se estabelecia, quanto os interesses militares estratégicos de defesa da costa, surgindo assim a figura peculiar dos chamados “colonos-soldados”. Estes colonos eram responsáveis pela produção de alimentos que abastecia a capitania, focados principalmente no plantio de mandioca, na produção de farinha nos engenhos e na extração de produtos marítimos, como os pescados e o óleo de baleia, para abastecer as tropas e também eram responsáveis pela defesa da costa, recebendo inclusive armas da coroa para atuar em conflitos, caso necessário. Entre 1748 e 1756, com o objetivo de acelerar o povoamento litorâneo, a coroa deslocou cerca de 6 mil colonos açorianos para a capitania de Santa Catarina.

A forma de produção adequada para a configuração geográfica da Ilha, que atendia as necessidades imediatas de povoamento e produção econômica, foi baseada na pequena propriedade de produção

mercantil. Essa característica proporcionou o desenvolvimento de um trabalhador dono de seu próprio meio de produção, que atuava de forma relativamente independente das demandas exclusivas do capital externo, gerando desta forma um excedente econômico que possibilitava a exportação para outras capitanias, tornando possível o desenvolvimento de uma pequena produção local de manufaturas. Contudo, essa produção artesanal e a pequena produção mercantil não chegaram a se desenvolver o bastante a ponto de promover o surgimento de manufaturas de maior porte e, posteriormente, impossibilitou a transformação destes setores em empresas capitalistas. Esse fato se deu em grande parte pelas requisições abusivas e não remuneradas de mantimentos pelos poderes administrativos civis e militares, conjuntamente com o sistema de sucessão de propriedades, que ocorria de forma hereditária e acabava por desgastar as terras cultiváveis em longo prazo, o que causou consideráveis retrações na produção (CAMPOS, 1991).

### 3.2. O processo de urbanização da capital do século XVIII ao século XX

A urbanização ocorre como consequência de transformações das atividades econômicas que convertem as áreas rurais em urbanas, e o aumento do contingente populacional, geralmente decorrente de processos de migração e/ou imigração em massa, estimulados pela mecanização e modernização do trabalho no campo.

O período entre o final do século XVIII e o início do século XIX foi considerado como a primeira onda de desenvolvimento urbano

de Nossa Senhora do Desterro, decorrente do estabelecimento e da ascensão da pequena produção mercantil após a massiva imigração açoriana, com a exportação de gêneros alimentícios e a construção de infraestrutura necessária para a realização dessas exportações, do trabalho administrativo da coroa e das necessidades básicas da população (BASTOS, 2000). Anteriormente, com poucos habitantes e com a atividade econômica relativamente fraca, o nível de ocupação da cidade era baixo e não necessitava de grandes atividades comerciais para dar suporte.

Após o crescimento populacional e o avanço da urbanização, começaram a surgir problemas sociais em decorrência deste processo, como a falta de saneamento básico e de saúde pública. A ausência de um planejamento que visasse aprimorar a mobilidade urbana também contribuiu para o acúmulo de problemas, mas seus principais efeitos só seriam mais evidentes após a consolidação do processo de urbanização da cidade. Neste período, apesar da gritante desigualdade social que assolava todo o Brasil, não havia uma divisão acentuada do espaço urbano, a segregação socioespacial não era expressiva e ambas as classes sociais ocupavam o mesmo espaço.

Na segunda metade do século XIX a cidade iniciou um novo ciclo econômico, tornando-se forte importadora comercial, com o intuito de abastecer as recém-estabelecidas colônias alemãs e italianas nos vales atlânticos do estado catarinense. O crescimento das importações, de produtos oriundos da Europa e de outras regiões brasileiras, gerou novos setores comerciais e promoveu a modernização do comércio e do porto, já existentes na cidade. O novo ciclo desenvolveu e promoveu outra fase da urbanização da capital, acentuando a segregação socioespacial.

As classes populares, formadas majoritariamente de povos escravizados (até 1888), pessoas recém-libertas, pessoas em situação de rua e trabalhadores assalariados precarizados, habitavam cortiços alugados, pertencentes em grande parte às classes dominantes, na região do centro histórico da cidade. Com a ascensão das importações, os comerciantes passam a integrar de forma mais expressiva a elite local, juntando-se aos militares de alta patente e a burocracia administrativa. Na medida em que o capital comercial ascendia, ia se expandindo geograficamente na região central, por sua proximidade com o porto, e tomava os locais antes habitados por cortiços das classes populares. Essas casas foram desapropriadas pelo poder público, demolidas para a construção de novos edifícios voltados para o comércio ou para a construção de novas ruas que iriam escoar as mercadorias oriundas do porto. Em 1899 ocorre a reforma das ruas do centro da cidade, agora chamada de Florianópolis em homenagem ao marechal e então presidente da república Floriano Peixoto, após a derrota das tropas federalistas para o governo central. Removeu-se boa parte da população pobre da região, sendo amparada em uma forte perspectiva higienista e justificada pelo discurso de modernização da cidade, tendo como exemplos a urbanização de Paris e do Rio de Janeiro (SANTOS, 2009).

O projeto de modernização da cidade trouxe benefícios às classes dominantes, através do desenvolvimento de melhores condições no saneamento básico e do aprimoramento da arquitetura. Os sobrados passam a ser o símbolo deste novo período de ascensão econômica e social do capital comercial, por serem grandiosas residências que expressavam alto padrão de investimento. Progressivamente os sobrados foram suplantando os cortiços das classes populares, com o aval do

estado, que visava “embeleazar” a região central e criou leis referentes à padronização e embelezamento das novas construções. Neste contexto, as populações expulsas dos cortiços passam a se deslocar para outras regiões da cidade, ocupando os bairros periféricos e os morros que cercavam o centro. Por ser uma cidade comercial e administrativa, sem a presença de indústrias, não era necessário concentrar os trabalhadores na região econômica central, diferentemente de centros produtivos, que por vezes possuíam bairros exclusivos para estes trabalhadores. A ideologia que expressava o projeto de modernização em conjunto com o processo de acumulação de capital gerado pelo novo ciclo econômico promoveu um considerável avanço das desigualdades regionais e da segregação do espaço que perdura – de diferentes formas – até os dias atuais.

Até o início do século XX perdurou o projeto de modernização e urbanização, mais precisamente nas décadas de 1910 e 1920. O próprio poder público se encarregava de comprar os cortiços diretamente com os proprietários, visando principalmente à construção de avenidas e prédios públicos, fazendo com que os trabalhadores que ali viviam se deslocassem para as áreas dos morros, tendo em vista que o governo não possuía políticas públicas efetivas para solucionar os problemas de déficit habitacional (SANTOS, 2009).

Após a década de 1930 as regiões de colonização açoriana foram superadas economicamente pelas colônias de imigrantes germânicos e italianos que se estabeleceram nos vales atlânticos de Santa Catarina. O processo de decadência econômica dessas regiões de origem açoriana ocorrerá, em grande medida, por conta da industrialização ocorrida nas regiões de colonização ítalo-germânica, da produção de carvão no sul e do estabelecimento de agroindústrias no

oeste, todas desenvolvidas de forma independente da capital, limitando Florianópolis a seu aspecto administrativo.

A estagnação durou até o final da década de 1950 e no decorrer dos anos 1960 será iniciado um processo profundo de transformação das estruturas socioeconômicas da capital. O novo ciclo de urbanização da cidade, a partir deste período, está associado às novas funções administrativas oriundas das demandas trazidas pelo processo de industrialização de Santa Catarina e do Brasil.

A industrialização brasileira ocorreu de acordo com a inserção periférica do país no sistema capitalista, trazendo consigo uma série de problemas para o processo de urbanização que, por sua vez, acentuou os problemas já existentes nas cidades. O investimento estatal na indústria necessitava que os setores da administração pública acompanhassem o desenvolvimento, portanto, foram estabelecidos setores centrais administrativos na cidade como o Banco do Estado de Santa Catarina – BESC (1962) e as Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC (1955). Iniciou-se também a implantação de órgãos federais como a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1960) e a Eletrosul Centrais Elétricas (1969). A construção destas instituições reaqueceu a economia e acelerou novamente o processo de urbanização de Florianópolis, ocasionando um expressivo crescimento populacional. Entre as décadas de 1950 e 60 o aumento do contingente populacional representou 146,04% em relação à década anterior, sendo que no ano de 1940 a população era de 25.014, chegando a 72.889 em 1960 e passando de 100 mil (115.547) em 1970 (PELUSO JÚNIOR, 1991).

Desde o fim do século XVIII até o decorrer do século XX, a cidade passou por diversos períodos de instabilidade econômica

alternados com períodos de desenvolvimento, em decorrência das mudanças estruturais ocorridas no Brasil. Eventos como a independência do país (1822), a abolição da escravidão (1888), a proclamação da República (1889), a intensificação da industrialização nacional (1930) e a ampliação dos investimentos do capital internacional (1950), somados às características particulares consolidadas historicamente, impactaram diretamente nas relações sociais e na formação de Florianópolis.

Conjuntamente com estes ciclos da economia, a urbanização também passou por períodos de estagnação e avanços, atendendo os interesses da classe dominante em relação à distribuição do espaço, acentuando as desigualdades internas e demarcando os espaços que serão ocupados historicamente pelas diferentes classes sociais existentes. No final do século XX a renda da cidade era proveniente em maior parte dos serviços públicos administrativos; o tipo de capital predominante em Florianópolis foi o capital comercial, e o capital imobiliário atrelado ao turismo, sendo que estes dois últimos atuarão de forma mais consolidada na década de 1990 e nos anos 2000, com o avanço da ideologia neoliberal no âmbito nacional e internacional.

### 3.3. A expansão imobiliária dos anos 1990 e a segregação socioespacial na atualidade

A formação socioespacial de Florianópolis na década de 1990 estava inserida no contexto de avanço do neoliberalismo que ocorria em todo o mundo, em decorrência da crise do fordismo-keynesianismo e da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS no

final de 1991. O avanço dessa ideologia no Brasil promoveu o desmonte e a privatização de empresas estatais de grande porte e vitais para o funcionamento da economia, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1993), da EMBRAER (1994), da Companhia Vale do Rio Doce (1997), da Telebrás (1998), dentre várias outras indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e empresas estaduais de telecomunicações.

Em relação à ocupação do espaço urbano, a conjuntura internacional atua diretamente na fase contemporânea de urbanização da capital catarinense, atrelada com estes ideais corporativos, tendo como protagonista o capital de tipo turístico e imobiliário. A ideologia neoliberal age sobre o espaço urbano promovendo o chamado “planejamento estratégico”, partindo da ideia de competição entre as cidades por meio da atração de investimentos externos e turistas, condicionando o planejamento urbano aos interesses privados e empresariais. Esse tipo de planejamento urbano surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1980, mas ganhou notoriedade na Espanha, quando foi colocada em prática no ano de 1987, em razão dos Jogos Olímpicos de Barcelona que viria a ocorrer em 1992. No âmbito da América Latina, as experiências de planejamento estratégico foram postas em práticas no decorrer da década de 1990. Em Florianópolis, esse processo ocorrerá no governo de Ângela Amin entre 1997 e 2004. (POZZO, 2012).

O turismo visto como um dos principais setores do capitalismo atuante na cidade é apresentado pelo discurso hegemônico como grande salvador da economia florianopolitana. Contudo, suas movimentações econômicas não proporcionam retorno financeiro e social para a cidade conforme é propagandeado, pois boa parte dos investidores é de fora do

município, e o capital que permanece concentra-se na mão de uma pequena parcela da sociedade. O capital imobiliário, que também possui destaque nesse período, é pertencente em grande medida aos mesmos donos do antigo capital comercial, dominante nos ciclos econômicos anteriores.

Neste processo, a classe dominante local irá se deslocar progressivamente do centro para outras regiões, constituindo bairros exclusivos para suas residências e demarcando ainda mais a segregação socioespacial já existente. Diferentemente da formação dos centros urbanos das cidades modernas que se desenvolveram em decorrência da expansão do capital industrial, o reflexo das desigualdades proporcionadas pela acumulação capitalista estão plenamente visíveis (POZZO, p. 165, 2012). Entre um bairro nobre e outro, a existência de favelas e comunidades de baixa renda se torna evidente, escancarando a desigualdade por meio das ocupações territoriais.

A constituição de Florianópolis como capital turística, somada ao processo de urbanização que se acelerou nos anos de 1960, irá ocasionar uma grande valorização do solo e das propriedades existentes, elevando o grau de especulação imobiliária e conseqüentemente do preço de aluguéis. Este fator impactou negativamente na vida dos trabalhadores e das classes populares, e no decorrer dos anos 2000, pois a segregação socioespacial será acentuada, tendo em vista o crescimento populacional, as ondas de migração e outros fatores demográficos, que somados às contradições já existentes, irão proporcionar o aprofundamento das desigualdades internas da cidade.

Na última década, Santa Catarina apresentou consideráveis fluxos de migração, acarretando um grande crescimento populacional no

estado, principalmente na área litorânea, onde as cidades tiveram crescimentos de 3 a 4,86%, enquanto as cidades da zona rural tiveram uma baixa em torno de 2%, segundo as estimativas populacionais do IBGE de 2013 e 2014<sup>3</sup>. A urbanização do estado também apresentou crescimento, passando de 83,3% em 2000 para 85,9% em 2010. A urbanização catarinense apresenta índices acima dos nacionais, o que demonstra uma série de particularidades decorrentes da ocupação territorial do estado. O índice de crescimento apresentado pela população rural na primeira década dos anos 2000 foi de 1,28%, combinado com o aumento gradual das regiões metropolitanas, evidenciando o esvaziamento da população nas áreas rurais (MIOTO, 2012, p. 02). A migração interna no estado, principalmente em direção ao litoral, é um importante fator na dinâmica demográfica, pois aumenta as desigualdades regionais e intraurbanas.

Diante dos fatores demográficos citados, ocorre nas primeiras décadas dos anos 2000 uma explosão imobiliária na capital. Essa explosão está associada à especulação, na medida em que os locais mais privilegiados da cidade são reservados para construções de alto padrão, encarecendo as propriedades no entorno e elevando o custo de vida, o que progressivamente exclui ou expulsa as populações mais pobres dessas regiões, criando também áreas de favelas.

A especulação em Florianópolis tem um caráter muito particular, tendo em vista que, de acordo com o IPUF (Instituto de

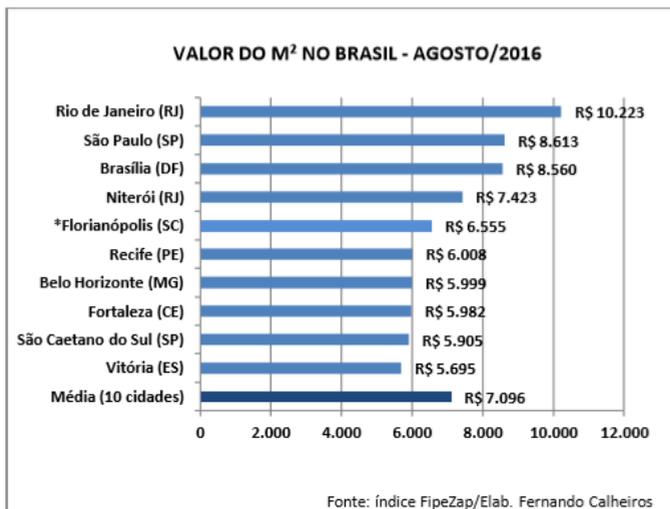
---

<sup>3</sup> Fonte: DIÁRIO CATARINENSE: Cidades do litoral catarinense têm maior crescimento populacional percentual. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/08/cidades-do-litoral-catarinense-tem-maior-crescimento-populacional-percentual-4585819.html> Acesso: 24/06/18.

Planejamento Urbano de Florianópolis), 42% do território da cidade estão localizados em APPs (Áreas de Preservação Permanente), o que aumenta ainda mais o preço de terras devolutas que aguardam compradores. Os fatores citados exercem influência no preço do metro quadrado na cidade, fazendo com que se torne altamente elevado, em um curto período de apenas um ano, estando entre os mais caros do país, como evidenciam os dados levantados por Calheiros (2016, p. 45-46):



**Gráfico 1: Valor do m<sup>2</sup> no Brasil fev/2015. Fonte: índice FipeZap. Elaboração: Fernando Calheiros**



**Gráfico 2: Valor do m<sup>2</sup> no Brasil ago/2016. Fonte: índice FipeZap. Elaboração: Fernando Calheiros**

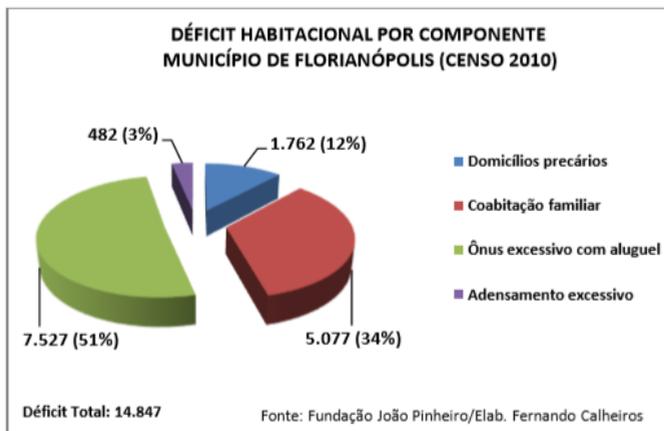
Observa-se que a crescente especulação influi diretamente na alta dos preços do metro quadrado, e conseqüentemente, no aumento de preços de imóveis e aluguéis, o que torna cada vez mais restrito o espaço que pode ser ocupado pelas classes populares no âmbito da cidade. As contradições de classe presentes no espaço urbano acentuaram-se na última década: o número de pessoas residentes em favelas no Brasil, segundo o censo do IBGE de 2010 era de 11,42 milhões, o que corresponde a 6% da população do país. No caso de Florianópolis, que não é considerada uma metrópole, o percentual é de 4%, com 17 mil pessoas; já o número de pessoas em comunidades irregulares é de 50 mil.

O déficit habitacional também constitui uma problemática decorrente das contradições proporcionadas pela acumulação de capital

no espaço. A Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Ministério das Cidades em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) catalogaram o déficit existente no Brasil no ano de 2010, adotando os seguintes critérios:

O déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, na qual a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores. A forma de cálculo garante que não há dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios e uma ou mais famílias conviventes secundárias. (SNH/FJP, p. 14, 2010).

Em Florianópolis, chama atenção o número de domicílios onde a cobrança do aluguel atinge preços abusivos, causando ônus excessivos às famílias residentes. De acordo com os dados do censo realizado pela SNH e a FJP, e organizados por Calheiros (CALHEIROS, p. 49, 2016):



**Gráfico 3: Déficit Habitacional - Município de Florianópolis. Fonte: Fundação João Pinheiro/Censo 2010. Elaboração: Fernando Calheiros**

Do déficit total, mais da metade sofre com os altos custos de aluguéis, o que torna o quadro cada vez mais propício para o surgimento de movimentos sociais urbanos. As demandas reprimidas do conjunto da população emergem com o constante acirramento das lutas travadas contra as imposições feitas pelas diversas faces da especulação imobiliária promovida pela acumulação capitalista do espaço.

#### 4. OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA: EXPRESSÃO DAS CONTRADIÇÕES URBANAS E ALTERNATIVA PARA OS TRABALHADORES

##### 4.1. Breve histórico das lutas por terra e moradia no Brasil e em Florianópolis

Diante do quadro em que a condição colocada para boa parte da classe trabalhadora nas cidades brasileiras é pautada pela exclusão e

segregação socioespacial, sendo levada coercitivamente a se deslocar para regiões periféricas e favelas, as tensões sociais e as disputas de classe tendem a se acirrar pela disputa do espaço. É no contexto desse acirramento que emerge e se consolida a luta de movimentos por terra e moradia do Brasil, recolocando em pauta na sociedade civil o debate sobre a concentração de propriedade, a especulação imobiliária e a função social da terra.

O primeiro período de atuação destes movimentos sociais em defesa da reforma agrária articulada em nível nacional, questionando a lógica imposta na configuração fundiária brasileira, foi organizado pelas Ligas Camponesas na década de 1940, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nas regiões periféricas de Recife. Na década de 1950 os movimentos rurais voltam a se organizar, com destaque para a figura de Francisco Julião, advogado e uma das principais lideranças do movimento que iria se chamar Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Posteriormente o movimento se expande para outros estados e começa a ganhar forte adesão dos trabalhadores rurais, em um período histórico onde a maioria da população brasileira vivia no campo. Este ciclo de lutas se encerrará brutalmente com o golpe civil-militar de 1964, quando as lideranças e células do movimento serão reprimidas e desarticuladas com forte repressão.

O segundo período inicia-se no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, através de mobilizações no campo, culminando na organização em 1984 do encontro nacional de trabalhadores sem terra e na fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

(MST), na cidade de Cascavel, no Paraná. O movimento chegará ao seu ápice na década de 1990, quando foram organizadas diversas mobilizações e ocupações de latifúndios.<sup>4</sup> Durante o mesmo período histórico, em 1997, no interior do MST começam a surgir discussões a respeito da questão fundiária urbana, nascendo então o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST), voltado especialmente para atuação nas cidades. Nos anos 2000, o MTST expande-se para outros centros urbanos de cidades grandes e médias, especialmente nas periferias e favelas (GOULART, 2011, p. 01).

O aprofundamento das contradições em relação à posse da terra e a ocupação do espaço, presentes nas áreas urbanas brasileiras, também apresentou sua face em Florianópolis, tendo como uma de suas expressões o surgimento de movimentos de ocupações, que ocorreram em dois momentos distintos. Inicialmente, na década de 1990, com ligações políticas com a Igreja Católica, mais especificamente a vertente da Teologia da Libertação<sup>5</sup>, moradores das periferias da cidade organizaram o Centro de Apoio e Promoção do Migrante (CAPROM). O engajamento destes setores religiosos, com o apoio de sindicatos e entidades de classe, passa a dar um caráter progressista ao movimento. A primeira ocupação ocorreu em 1990 em um terreno da Companhia de Habitação (COHAB), às margens da BR-101, que dá acesso à Ilha, na

---

<sup>4</sup> Fonte: Site oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 26/06/18.

<sup>5</sup> A Teologia da Libertação é uma vertente religiosa vinculada à Igreja Católica, desenvolvida na América Latina, a qual busca compreender os ensinamentos de Jesus Cristo como libertadores dos problemas sociais e econômicos, utilizando como amparo para análise da realidade as ciências humanas e sociais. GALILEA, Segundo (1979).

parte continental de Florianópolis. O espaço seria destinado a moradias populares, mas a construção estava sendo postergada por suposta falta de recursos. Esta comunidade contava inicialmente com cerca de 100 famílias e recebeu o nome de “Novo Horizonte”, tendo como palavra de ordem a frase “ocupar, resistir e construir”. Outros movimentos de luta por moradia se desenvolveram no mesmo período e contexto, como a organização da comunidade “Nova Esperança”, também na parte continental do município, no bairro da Coloninha (CANELLA, 2016, p. 272-273).

A organização e atuação de movimentos de trabalhadores sem-teto em Florianópolis estão inseridas no contexto de ascensão do capital turístico-imobiliário na cidade, o que paralelamente causou fortes ondas de migração, o encarecimento das propriedades e a elevação do custo de vida, especialmente do preço dos aluguéis. A exclusão dessas populações do direito à moradia, combinada com uma forte organização de base comunitária, possibilitou a ação prática coletiva visando pressionar o poder público para garanti-los o direito básico da habitação. Apesar da conquista vitoriosa de moradias e regularização fundiária por esses movimentos, o problema do acesso à moradia persiste, pois as contradições proporcionadas pelo capitalismo seguem promovendo concentração de capital e, conseqüentemente, concentração de terras e propriedades nas mãos de poucos.

O segundo momento foi iniciado na década de 2010 com a organização da Ocupação Contestado em 2012, no bairro José Nitro na cidade da São José. Cerca de 120 famílias que possuíam dificuldades de acesso à habitação receberam a promessa do então prefeito, em período

eleitoral, de que seria destinado um terreno para a construção de moradias. Temporariamente alojadas em uma propriedade, após o período eleitoral, quando o referido prefeito não conseguiu sua reeleição, as famílias foram violentamente despejadas. Entra em cena o apoio de movimentos sociais organizados, como as Brigadas Populares<sup>6</sup> e o Coletivo Anarquista Bandeira Negra<sup>7</sup>, constituindo uma rede de apoio aos desalojados e articulando a permanência provisória das famílias em um ginásio de esportes. As famílias, em conjunto com os movimentos, organizaram no mesmo ano uma nova ocupação, no bairro Jardim Zanelatto, também em São José, onde se encontram até o presente momento, lutando pela conquista de moradias dignas e melhores condições de vida (CANELLA, 2016, p. 277). Outro movimento importante desse novo ciclo foi a Ocupação Palmares, em 2012, que apesar de ocorrer de forma espontânea por parte de moradores do Maciço do Morro da Cruz, contou com o apoio e amparo de movimentos sociais e organizações políticas (CANELLA, 2016, p. 278).

O desenvolvimento do segundo ciclo de ocupações caracteriza-se não só pela participação de movimentos sociais organizados, mas também pela entrada em cena de uma nova alternativa de acesso à moradia para os trabalhadores, diante da impossibilidade de confiar nas políticas públicas – diferentemente do que aponta muitas vezes o

---

<sup>6</sup> Organização política que se define como “As novas Brigadas Populares surgem para contribuir com a recomposição de uma alternativa popular de enfrentamento ao capitalismo dependente e associado e ao Estado capitalista vigente no país.” Fonte: <https://brigadaspopulares.org.br/objetivos-2/>

<sup>7</sup> “O Coletivo Anarquista Bandeira Negra é uma organização específica anarquista de Santa Catarina, integrante da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), que defende o anarquismo social, em contato direto com as lutas populares.” Fonte: <https://www.cabn.libertar.org/>

discurso dos veículos de comunicação de massa, em que os ocupantes são colocados como meros cumpridores de ordens de organizações políticas. Os trabalhadores sem-teto tiveram atuação efetiva sobre os rumos dos movimentos, conforme aponta Mauro Iasi:

O que move a classe e seus setores internos de um momento para o outro do processo de consciência não é a propaganda de um setor esclarecido (com desvelamento de nexos mais particulares ou universais da totalidade) sobre aqueles não esclarecidos, salvando-os das trevas, procedimento agora facilitado por meios digitais de divulgação. (...) A passagem da serialidade para a explosão de massas que presenciamos no Brasil e em várias partes do mundo se dá na medida em que a impossibilidade se torna ela mesma impossível. (IASI, 2013, p. 44).

A Ocupação Amarildo de Souza será organizada no contexto de urbanização apresentado na década de 2010, tendo relações diretas com os movimentos citados anteriormente, fazendo parte deste segundo ciclo de ocupações urbanas de Florianópolis. Contudo, a ocupação contará com especificidades e diferenças pontuais em relação a Contestado e a Palmares, como a reivindicação do acesso à terra – e não somente a moradia – e a sua rápida massificação em um curto período de tempo.

#### 4.2. O primeiro momento de organização da ocupação

A ação de movimentos sociais e populares historicamente, salvo raras exceções, não ocorre de forma espontânea ou deslocada das condições objetivas impostas pela realidade, sem que haja articulações e organizações prévias. O trabalho de base, a comunicação interna entre os militantes e o planejamento para a atuação são questões fundamentais

que influem na eficácia da ação, sendo determinantes para as possíveis conquistas ou derrotas em relação aos objetivos políticos e pautas reivindicadas. Portanto, o processo que culminou na ocupação do terreno às margens da rodovia SC401 em Florianópolis, dando origem à Ocupação Amarildo de Souza, deve ser analisado como um movimento organizado por meio do contato e articulação entre organizações políticas, movimentos sociais e trabalhadores sem-teto originários de outras ocupações urbanas da região.

Realizada no dia 16 de dezembro de 2013, em uma área de forte especulação imobiliária, localizada na rodovia que liga o centro às famosas praias do norte da ilha, a ocupação em seus momentos iniciais conta com a participação da Brigada Marighella, composta por um grupo de militantes que se desligou do MST e passou a atuar em ocupações urbanas em Santa Catarina, do PCB e de famílias sem-teto oriundas das ocupações Contestado e Palmares, que vinham dialogando previamente com os membros da Brigada (CALHEIROS, 2016, p. 62-64). O trabalho realizado anteriormente pelas organizações citadas junto a famílias sem-teto foi fundamental para a efetivação da Ocupação e para a consolidação do movimento, tendo em vista a experiência de parte dos militantes envolvidos com movimentos de ocupação, ainda que em regiões rurais do estado.

Em seu primeiro comunicado, as e os ocupantes evidenciam sua organicidade e expõem o quadro enfrentado pelas famílias, denunciando os altos preços de aluguéis e a especulação imobiliária presente em Florianópolis.

Direto da Futura Ilha da Magia, entre um lugar passado e presente, ano 1, mês novo, dia feliz:

### Manifesto do Povo Organizado

Somos o povo organizado e declaramos que não aceitamos gastar mais que a metade do nosso salário com aluguéis. Não é justo que um aluguel custe mais que nosso alimento. Aliás, nenhuma despesa pode ser maior que o alimento, a saúde, a educação, a segurança e o transporte das nossas famílias.

Hoje é o fim de tudo isso. Hoje começamos uma nova etapa das nossas vidas, trocamos o eterno esperar pela esperança guerreira. No passado fica toda a incerteza e o sofrimento de esperar do Estado qualquer solução para nossos problemas sociais. Escolhemos ter um futuro de luta, escolhemos lutar em pé a viver de joelhos. (...)

A liberdade nós vamos conquistar lutando.

Somos o Povo Organizado, estamos juntos e somos fortes.

Viva a reforma Agrária Popular! Nem que a coisa engrossa, essa terra é nossa!

Ocupação Amarildo, aqui vivemos, aqui lutamos.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Fonte: Página oficial do Assentamento Comuna Amarildo de Souza no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/203034609885584/photos/a.203050766550635.1073741828.203034609885584/203349709854074/> Acesso: 28/06/18.



Figura 1: Primeiro dia da Ocupação Amarildo de Souza.  
Fonte: Página oficial do Assentamento em rede social

Apesar de possuir relação com as ocupações existentes na cidade, a Ocupação apresenta características peculiares que a diferem dos movimentos Contestado e Palmares. Nomeada em homenagem ao ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, assassinado por policiais militares da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora)<sup>9</sup> na favela da Rocinha em julho de 2013, no Rio de Janeiro, ela se transformou rapidamente em um símbolo de resistência dos trabalhadores em luta por moradia, ao mesmo tempo em que carrega em seu nome a luta e a denúncia contra a violência policial praticada contra as populações marginalizadas pelo sistema econômico.

A rápida massificação do movimento, uma das diferenças entre as demais ocupações, evidenciou o problema do acesso à moradia em

---

<sup>9</sup> Em 2016 o Estado do Rio de Janeiro foi condenado a pagar indenização de R\$3,8 milhões à família de Amarildo, considerando os policiais envolvidos no caso como culpados pelo assassinato. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/estado-tera-de-pagar-38-milhoes-familia-de-amarildo-19484476>> acesso: 06/06/17.

Florianópolis justamente em uma área devoluta de 900 hectares. O espaço, localizado às margens da rodovia estadual SC 401, apresenta grande importância para o capital imobiliário da cidade. Além de estar em uma região que dá acesso ao conjunto de praias do Norte da Ilha e a bairros exclusivos para as classes dominantes, havia para este local a perspectiva de construção de um *resort* de alto padrão com campo de golfe<sup>10</sup>, o que demarca a quais interesses servem a inutilização e especulação da propriedade.

A Ocupação também evidenciou outro problema presente na cidade: a grilagem de terras. O terreno em questão apresenta posse irregular por parte do suposto atual proprietário, que possui a escritura apenas de uma parte da propriedade, estando a maior parte do terreno em área pertencente à SPU (Superintendência de Patrimônio da União). Ou seja, uma terra pública grilada e que atualmente serve como moeda de especulação.

#### 4.3. Composição e desafios: A origem dos ocupantes e o destino da Ocupação

Em menos de um mês, o terreno que começou a ser habitado por cerca de 50 pessoas no dia 16 de dezembro, no ano novo, em 1º de janeiro de 2014, contava com mais de 200 moradores. O aumento significativo é resultado de um amplo trabalho político de base,

---

<sup>10</sup> Fonte: Ocupação Amarildo de Souza desvela a cidade de Florianópolis. Disponível em <<https://www.diarioliberalidade.org/brasil/repressom-e-direitos-humanos/44467-ocupa%C3%A7%C3%A3o-amarildo-de-souza-desvela-a-cidade-de-florian%C3%B3polis.html>> acesso: 09/06/17.

realizado pelos coordenadores do movimento nas regiões próximas a ocupação, no maciço do Morro da Cruz, na Serrinha e na cidade de São José, onde se localizam as outras ocupações e comunidades de baixa renda (CALHEIROS, 2016, p. 77).

Em sua maioria, os trabalhadores que habitam estes locais, alvo do trabalho de base, residem em moradias precárias, irregulares, ou pagam altos alugueis em proporção aos seus salários, o que torna explícito o alto número de pessoas afetadas pela especulação imobiliária. O caráter histórico da formação socioespacial da cidade demarcou os locais destinados à ocupação territorial das classes populares, progressivamente deslocadas do centro para os morros e para a região continental e metropolitana da grande Florianópolis, conforme citado nos capítulos anteriores.

Outro fator central que proporcionou a rápida massificação citada tem origem nas questões estruturais vinculadas ao processo de migração, que ocorre entre os estados e regiões do Brasil, além das migrações internas no próprio estado de Santa Catarina. A compreensão do fluxo migratório deve estar aliada à análise das transformações econômicas que levam ao deslocamento dessas populações, em busca de empregos, estabilidade e melhores condições de vida. O processo de concentração de capital em determinadas regiões e espaços exerce influência direta nos destinos buscados pelos migrantes, o que acentua ainda mais as desigualdades regionais existentes.

No ano de 2014, de acordo com a estimativa populacional do IBGE, as cidades litorâneas de Santa Catarina tiveram o maior crescimento populacional percentual em relação às demais cidades do estado. Florianópolis teve o aumento de 1,81% em relação ao ano

anterior, enquanto cidades do interior como Galvão e Piratuba tiveram o decréscimo de -2,43% e -2,40% respectivamente.<sup>11</sup>

O quadro apresentado de crescimento demográfico, inserido na lógica capitalista de segregação socioespacial, tende a agravar os problemas habitacionais que atingem a classe trabalhadora. A ação da especulação imobiliária no espaço urbano da capital catarinense, responsável por tornar o metro quadrado da cidade um dos mais caros do país, aliado a segregação construída historicamente desde o final do século XIX, resulta no deslocamento dos migrantes de baixa renda para comunidades irregulares nas encostas dos morros. Em 2013, o número de pessoas que vivia em favelas e moradias precárias em Florianópolis era de mais de 17 mil pessoas, o que corresponde a 4% da população total do município e a colocava entre os maiores índices do estado.<sup>12</sup>

Os dados de crescimento populacional, índice de migração e de populações residentes em favelas correlacionados evidenciam os fatores objetivos que proporcionaram o início do segundo ciclo de ocupações urbanas na década de 2010. Combinado com o trabalho de base realizado pelas organizações políticas que coordenavam o movimento, com destaque para a Brigada Marighella e o PCB, que realizavam o trabalho de conscientização junto aos trabalhadores sem-teto, proporcionaram as condições subjetivas necessárias para a concretização

---

<sup>11</sup> DIÁRIO CATARINENSE: Cidades do litoral catarinense têm maior crescimento populacional percentual. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/08/cidades-do-litoral-catarinense-tem-maior-crescimento-populacional-percentual-4585819.html> Acesso em 30/06/18.

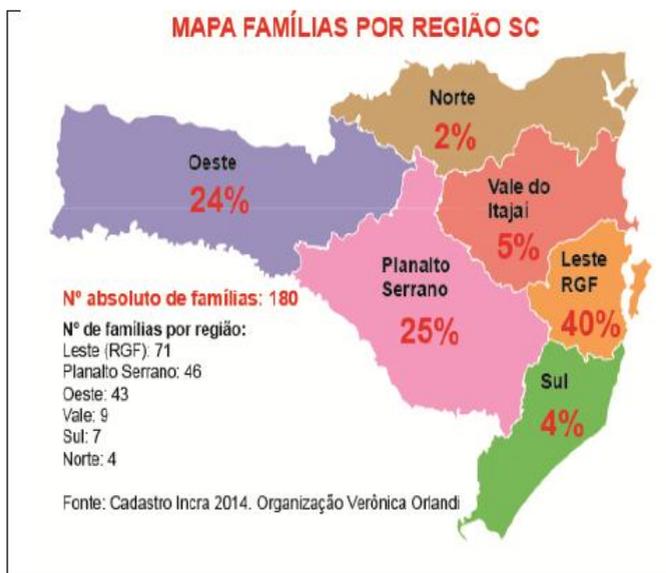
<sup>12</sup> NOTÍCIAS DO DIA: Santa Catarina tem 75,7 mil pessoas que moram em favelas. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/cerca-de-4-da-populacao-da-de-florianopolis-vive-em-submoradias> Acesso em: 30/06/18.

deste movimento que visava à transformação social no âmbito do acesso à moradia. A atuação política que visa à superação das contradições sociais colocadas ocorre através da ação organizada, mas está condicionada aos fatores desenvolvidos historicamente, ou nas palavras de Karl Marx, na obra *O 18 de brumário de Louis Bonaparte*: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 1984, p. 01).

Analisando o cadastro de famílias da ocupação Amarildo, podemos observar forte presença de migrantes, com destaque para as famílias oriundas da região Nordeste, que correspondiam a 18% do total de ocupantes. Contudo, o maior local de origem das famílias era o próprio estado de Santa Catarina, contando com 180 famílias dentre as 489 cadastradas no INCRA, com destaque para a presença de 49% de migrantes das regiões do extremo oeste (24%) e do planalto serrano (25%), conforme mostram os mapas abaixo:



Figura 02 : Famílias por Região Brasil. Fonte: Cadastro Incria 2014.  
Elaboração: Verônica Orlandi



**Figura 03: Famílias por Região SC. Fonte: Cadastro Incra 2014. Elaboração: Verônica Orlandi**

A diversidade presente evidencia que o processo migratório é um fator de grande influência na composição dos membros da Ocupação, tendo em vista que a maioria esmagadora das famílias é proveniente de outras regiões de Santa Catarina e do Brasil. O número de famílias da região metropolitana da grande Florianópolis também é expressivo, o que demonstra o processo histórico de segregação ocorrido na cidade. Do número total de cadastrados, 86,5% correspondem aos migrantes de outras localidades do estado e do Brasil e 14,5% representam as famílias oriundas da região metropolitana da capital. Em termos de região conurbada, Florianópolis possui a maior presença, mas em números absolutos, analisando Santa Catarina em relação aos demais estados brasileiros, as famílias catarinenses representam 36,8%, em comparação aos 63,2% de famílias migrantes.

Dentro do quadro apresentado, com a rápida massificação e a composição social diversa, abrangendo ocupantes das mais variadas localidades do Brasil e até mesmo de países da América Latina, a coordenação do movimento organiza a ocupação internamente através da divisão de núcleos e subcoordenações. O modelo, adotado por movimentos ligados à Via Campesina, serviu para aprimorar a divisão do trabalho e aprofundar as discussões políticas (CALHEIROS, 2016, p. 92-93). As decisões eram deliberadas por assembleias que contavam com a participação de todas as famílias, onde os membros tinham amplos direitos de voz e voto, o que demonstra um elevado grau de respeito à coletividade para definir os rumos do movimento. Em seu auge, o local contou com mais de 700 famílias, um expressivo número relativo à população de Florianópolis, tornando inevitável uma organização interna que possibilitasse operacionalizar todas as demandas necessárias.

Por se tratar de uma área visada pelo capital turístico-imobiliário, em um local de acesso a praias e próximo ao bairro de luxo Jurerê Internacional, o movimento rapidamente passa a ter uma grande visibilidade, não só entre os trabalhadores sem-teto da região, mas também por parte da imprensa tradicional local, que inicia um pesado processo de difamação e desinformação a respeito das pautas reivindicadas. Nessa questão, a atuação da rede de apoiadores é fundamental. Formada por movimentos sociais, partidos políticos, vereadores, sindicatos, estudantes e trabalhadores não vinculados a organizações, a rede constituiu um importante instrumento de suporte material, arrecadando roupas e mantimentos, e suporte político, através da participação de advogados populares, jornalistas e militantes

políticos. A articulação com outros setores da sociedade, desempenhada por esta rede, realiza um enfrentamento direto aos interesses do capital defendidos pelos grandes veículos de comunicação e auxilia o movimento a angariar mais apoiadores.

Nos momentos finais em Florianópolis, com aproximadamente 120 dias de ocupação, após uma série de mobilizações que envolveram manifestações na Avenida Beira-mar norte, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o órgão responsável por realizar as negociações com o movimento, os “Amarildos” tentaram ainda, sem sucesso, ocupar uma área no bairro do Rio Vermelho, onde houve confronto com moradores da região estimulados por políticos e empresários locais. Houve também neste período o deslocamento dos ocupantes para uma Terra Indígena na Palhoça, o que levou à perda de cerca de 600 famílias no decorrer deste processo, configurando um rápido esvaziamento da base social do movimento, devido às constantes ameaças de desocupação por parte da Polícia Militar e do deslocamento para uma área de difícil locomoção (CALHEIROS, 2016, p. 100).

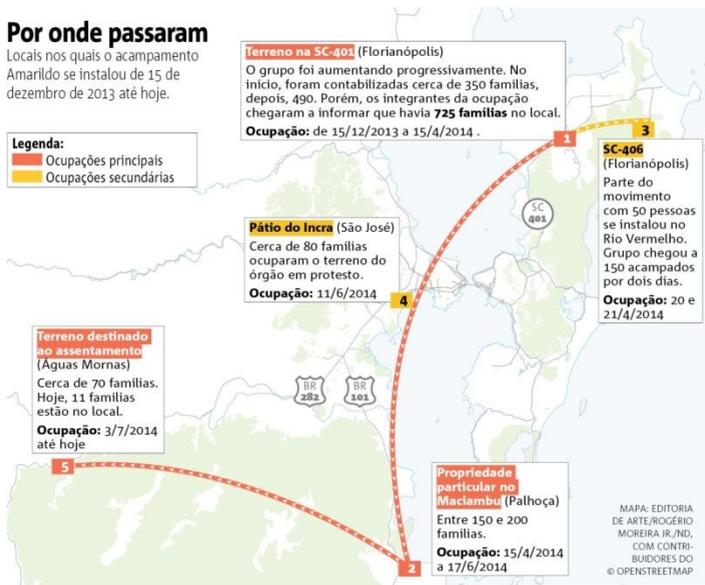


Figura 04 - Locais por onde o movimento passou. Fonte: Jornal Notícias do Dia/2014

#### 4.4. A conquista da Comuna: Consolidação do assentamento e o início de um novo ciclo

No dia 03 de julho de 2014, após 6 meses de intensas mobilizações, inicia-se o processo de deslocamento dos ocupantes, que se encontravam na área de Maciambu na Palhoça, para um terreno do INCRA destinado à reforma agrária no município de Águas Mornas, na região metropolitana de Florianópolis. A luta havia rendido frutos, e as palavras de ordem do movimento, “terra, trabalho e teto”, se tornariam a realidade das famílias que resistiram a todo o turbulento processo.

A área escolhida está localizada no bairro Teresópolis, em uma região rural, onde a maioria dos habitantes trabalha na produção de alimentos por meio da agricultura e da pecuária. O terreno conta com

cerca de 138 hectares e pertence à Superintendência de Patrimônio da União – SPU, tendo como finalidade o uso destinado à reforma agrária. Por volta de 20 famílias ainda permaneceram no movimento, e nos primeiros momentos enfrentaram grandes dificuldades, devidas principalmente à falta de infraestrutura adequada, como energia elétrica e materiais para construção de moradias. Inicialmente, a população local, estimulada pelo prefeito da cidade, realizou uma pequena manifestação contra os membros do acampamento.<sup>13</sup> Mas, apesar das adversidades, aos poucos o movimento foi se estabelecendo na terra, e ao longo de 2014 deu-se início ao processo de consolidação do assentamento, agora denominado Acampamento Comuna Amarelido de Souza.

Durante o período de 4 anos, aos poucos outras conquistas foram chegando, como a energia elétrica, a produção de alimentos agroecológicos e, por fim, em outubro de 2017 – data que coincide com os 100 anos da Revolução Russa de 1917 –, o Acampamento consegue de fato se regularizar enquanto um assentamento, passando a ser um Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS e mudando de nome para Assentamento Comuna Amarelido de Souza. Inicia-se um novo ciclo para os assentados, que agora possuem a tarefa de dar continuidade ao projeto que nasceu da luta por terra e moradia e vem se consolidando cotidianamente como símbolo de resistência.

---

<sup>13</sup> HORA DE SANTA CATARINA: Prefeito de Águas Mornas se diz descontente com mudança da Ocupação Amarelido para o município. Disponível em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/07/prefeito-de-aguas-mornas-se-diz-descontente-com-mudanca-da-ocupacao-amarildo-para-o-municipio-4543254.html> Acesso: 30/06/18.



Figura 05 - Venda de produtos agroecológicos do Assentamento  
Fonte: Página oficial do assentamento em rede social

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
EM SANTA CATARINA**

**PORTARIA Nº 9, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do Art. 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA/P/ nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 de 01 de fevereiro de 2017.

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural de matrícula nº 262, com a área de 130,6800 (cento e trinta hectares e sessenta e oito ares) hectares, localizado no município de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, conforme Termo de Transferência da Secretaria do Patrimônio da União - SPU ao patrimônio do INCRA, constante do Processo nº 04972.005301/2014-05, RIP do Imóvel 8011.00002.500-2.

Considerando a existência da cláusula quarta do referido Termo de Transferência pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU ao patrimônio do INCRA, de que "Devera o INCRA, respeitar e consolidar as ocupações existentes no imóvel, reconhecidas, cadastradas e inscritas por esta SPU/SC sob os RIPs 801100000280 e 801100000360".

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise do processo administrativo INCRA nº 54210.001642/2016-65 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º. Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado com capacidade para 08 (oito) famílias.

Art. 2º. As áreas de uso atual dos ocupantes identificados no Termo de Transferência da SPU serão destacadas do Projeto de Assentamento para posterior regularização, em conformidade com a Instrução Normativa do INCRA nº 80/2014, que fixa os procedimentos para legitimação de posse em terras públicas rurais do INCRA, fora da Amazônia Legal.

Art. 3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(10)F desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro na base dos dados cartográficos.

Art. 4º. Criar o Projeto de Assentamento, na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, "COMUNA AMARILDO DE SOUZA", código SIPRA nº SC0388000, área 130,6800 (cento e trinta hectares e sessenta e oito ares) hectares, localizado no município Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Art. 5º. Providenciar a comunicação à Prefeitura Municipal sobre a criação deste Projeto de Assentamento para inclusão das famílias no Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico).

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILTON TADEU GARCIA  
Substituto

Figura 06 – Portaria de regulamentação do Assentamento Comuna Amarildo de Souza. Fonte: Página oficial do assentamento em rede social

Analisando as reivindicações iniciais do movimento, onde estavam inclusas as pautas da reforma agrária popular, do acesso à moradia e ao trabalho, através do lema “terra, trabalho e teto”, observa-se que de modo geral foram atendidas com a conquista do assentamento. Entretanto, o esvaziamento ocorrido após a transferência para a região da Palhoça e posteriormente Águas Mornas, onde se estabeleceram, torna evidente que as e os ocupantes eram majoritariamente trabalhadores urbanos. A mudança radical no modo de vida atrelava o trabalho à agricultura e dificultava o deslocamento para os empregos daqueles que trabalhavam na cidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do modo de produção capitalista condicionou historicamente a utilização do espaço aos interesses dominantes, pautando o desenvolvimento urbano e a formação das cidades modernas através da expansão – e eventuais recuos, destruições e não investimentos – demandada pelo capital. O movimento histórico da luta de classes se expressa no âmbito socioespacial, a classe dominante age por meio da expropriação de terras e casas, utiliza o estado para assegurar a concentração de propriedades e perpetuar as desigualdades regionais para garantir a reprodução da acumulação de capital. Em contraponto a este movimento, ocorre a organização dos trabalhadores visando à garantia de direitos básicos e de melhores condições para suas vidas.

O déficit habitacional é um problema inerente ao modelo de acumulação de capital, pois sua reprodução pressupõe a existência de um exército de reserva, o qual estará à disposição para vender sua força

de trabalho em caso de expansão da capacidade produtiva. A força de trabalho excedente serve como amparo para a ampliação da produção econômica que, por sua vez, é estimulada através de processos de migração em massa e de crescimento demográfico. O deslocamento de grandes contingentes populacionais foi determinante para a consolidação do capitalismo, e as constantes transformações ocorridas no âmbito econômico ao longo da história promovem seguidas reorganizações socioespaciais. A valorização de determinadas regiões, em decorrência do grande fluxo econômico e da especulação imobiliária, desloca as classes populares e trabalhadoras para áreas diferentes das classes dominantes. A ocupação do espaço segue a lógica da divisão da sociedade em classes distintas, reproduzindo a desigualdade estrutural no âmbito regional.

As desigualdades regionais no Brasil têm sua gênese no período colonial, nos primórdios da acumulação de capital em nível mercantil, por meio da inserção periférica do país na economia internacional, configurando-se como uma colônia de exploração submetida aos interesses da metrópole comandada pela coroa portuguesa. A exploração da força de trabalho escrava, a concentração de latifúndios nas mãos de poucos fazendeiros e a gritante desigualdade foram fatores marcantes para formação econômica e social do povo brasileiro. Contudo, cada região guarda sua particularidade e Florianópolis possuía aspectos divergentes do quadro geral nacional, devido à sua posição intermediária no mapa, entre o Brasil e a bacia do Rio da Prata na Argentina, região de constantes disputas entre as coroas portuguesa e espanhola no período.

O interesse de promover a ocupação territorial da Ilha era predominantemente militar, e não econômico, como ocorreu na maior parte do país. A forte presença de um grande corpo administrativo militar e civil, suas constantes requisições de mantimentos e mercadorias, além da necessidade de ampliar as fileiras das tropas contando com os moradores locais, impediu o desenvolvimento do capital industrial na cidade em um momento posterior. A ascensão do capital comercial em Florianópolis possui um papel central na formação socioespacial do município, originando o desenvolvimento recente do capital turístico-imobiliário e sua maior participação na política econômica local.

O deslocamento das classes populares para os morros, favelas e comunidades irregulares é resultado de um longo processo de urbanização da capital catarinense, atrelado a um ideal de modernização que atendesse o interesse das classes dominantes. No decorrer do século XX, com ênfase nas décadas finais do período, a imagem de cidade turística atraiu milhares de migrantes em busca de emprego e melhores condições de vida, o que reforçou as desigualdades regionais internas e ampliou a especulação imobiliária já existente. A valorização do espaço urbano em Florianópolis, atrelada aos ideais neoliberais corporativos, acentuou as contradições sociais e impactou diretamente na vida dos trabalhadores de forma negativa.

A ausência de infraestrutura adequada nos bairros onde vivem os trabalhadores é evidente quando confrontada com o suporte dado às áreas destinadas à classe dominante. Responsável pela construção de ruas, promoção de saneamento básico e demais suportes necessários para uma boa qualidade de vida, o poder público atua na manutenção

das desigualdades, privilegiando os bairros nobres em detrimento das comunidades populares. Com as ondas migratórias e os espaços cada vez mais restritos, a especulação imobiliária age sobre os preços dos imóveis e alugueis, encarecendo o custo de vida para a população, que sobrevive com baixos salários, com situações em que o aluguel chega a custar quase toda a renda mensal da família.

Observa-se que os fatores que propiciam a organização de movimentos de trabalhadores sem-teto convergem de modo que a ocupação de propriedades inativas acaba se tornando a única saída. A segregação socioespacial historicamente presente em Florianópolis, a ausência das condições de vida adequadas, falta de infraestrutura, exposição à violência e os preços abusivos dos aluguéis deixam poucas alternativas a esses trabalhadores. Alguns retornam para as suas cidades de origem, muitos seguem vivendo em condições precárias e, outra parcela, quando existe a possibilidade, se organiza e constrói uma alternativa de luta pela garantia de seus direitos.

O caso da Ocupação Amarildo de Souza evidencia a influência de fatores históricos e conjunturais presentes na consolidação de um movimento social. Evidencia também que a luta organizada enfrenta uma série de adversidades e contradições, mas possui grande potencial de mobilização e capacidade de intervenção. A conquista de um movimento depende de diversos fatores conjunturais, que envolvem desde a organicidade, disciplina, coesão interna, articulação e capacidade de intervenção política na realidade. O que o movimento deixa como legado é o exemplo de que mobilizações de massa, através de ampla organização, trabalho de base e democracia interna, podem atingir grande visibilidade e conquistar suas pautas reivindicadas.

Apesar do esvaziamento que ocorreu após a transferência para um terreno em região rural, o que demonstra o caráter majoritariamente urbano do movimento e a intenção das autoridades de deslocar os ocupantes da capital, a consolidação do assentamento representa uma vitória de todos aqueles que contribuíram de alguma forma no processo.

A conquista da propriedade proporcionou às famílias restantes o acesso a terra e a moradia, contudo, esta conquista ocorre de forma parcial dentro da totalidade do movimento, tendo em vista que a maioria das e dos trabalhadores que compunham a Ocupação Amarildo em seu ápice não conseguiram manter-se no assentamento após a consolidação devido a condições materiais, principalmente relacionadas ao acesso ao local de trabalho em Florianópolis. O desfecho dessa luta, por fim, apresenta um duplo caráter, onde se observa que as pautas reivindicadas foram asseguradas através das mobilizações, porém, não contemplaram a maioria daqueles que contribuíram para sua conquista. Os acúmulos deixados pela Ocupação demonstram que as contradições do capital no espaço urbano são profundas, e que só serão superadas com a organização e atuação política da classe trabalhadora através de seus instrumentos de luta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. “Territórios Transversais”, in **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.
- CALHEIROS, F. **“Terra, Trabalho e Teto”: Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC/Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- CAMPOS, N. J. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.
- CANELLA, F. “O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990–2014)”, in **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, CFH/UFSC, v. 50, n. 2, jul-dez 2016, p. 268-288.
- \_\_\_\_\_. Cidade turística, cidade de migrantes: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015). **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.15, nº 2, p. 209-236, ago/dez. 2015.
- \_\_\_\_\_. “Trajetórias migrantes e conflitos urbanos na Grande Florianópolis (Brasil, 2012-2016)”. in **III Seminário Internacional História do Tempo Presente**, UDESC, Florianópolis, SC, 2017.
- ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão da moradia.** São Paulo: Boitempo, 2015.

GALILEA, S. Teologia da Libertação – Ensaio de Síntese, in **Projecto Ensayo Hispánico**, 2006, cf.

<https://www.ensayistas.org/critica/liberacion/varios/Galilea.pdf>

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

GOULART, D. C. **Do barracão à nacionalização: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST como proposta de poder popular e resistência ao neoliberalismo.** São Paulo: I Simpósio Trabalhadores e a Produção Social, 2011.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

IASI, M. L. “A rebelião, a cidade e a consciência”, in **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** (Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, do original: *La production de l'espace*. 4e. éd., Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: início, fev.2006, cf.

[www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_es\\_paco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_es_paco.pdf).

BASTOS, J. M.; “Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina”, in **Ensaio sobre Santa Catarina.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

LIPIETZ, A. **Fordismo, fordismo periférico e metropolização.** Ensaio FEE, Porto Alegre, 10(2): 303-335; 1989.

MARICATO, E. “É a questão urbana, estúpido!”, in **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. Lisboa – Moscovo: Edições Avante, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital. Livro 3**. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. (2 edição). Lisboa: Edições Avante, 1984.

MIOTO, B. T. “Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI”, In: **Revista NECAT**, Ano 1, n° 1, Jan-Jun 2012, p.31-36.

NETO, C. S. A.; SOARES, M. C.; BITTENCOURT, V. H. “Reflexões Sobre a Especulação Imobiliária e os Impactos Socioambientais em Florianópolis, SC, Brasil”, in **Observatório Geográfico de América Latina**, 2008, cf. <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

POZZO, R. R. **Modernidade capitalista em Florianópolis-SC e a dinâmica do centro urbano**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.

SANTOS, A. L. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

SILVER, B. J. **Forças do trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.

VAINER, C. “Quando a cidade vai às ruas”, in **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.

Referências eletrônicas

BRASIL 247. IBGE: “Brasil dobra número de moradores de favelas em 20 anos”. Disponível em:

[www.brasil247.com/pt/247/brasil/31334/IBGE-Brasil-dobra-número-de-moradores-de-favelas-em-20-anos.htm](http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/31334/IBGE-Brasil-dobra-número-de-moradores-de-favelas-em-20-anos.htm) Acesso em 08/06/17.

CÂMARA, M. R. “URBANIZAÇÃO E VERTICALIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS-SC (1930-1970)”. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://narrativadeviagem.wordpress.com/2017/02/20/urbanizacao-e-verticalizacao-em-florianopolis-sc-1930-1960/> Acesso em 26/06/18.

DIÁRIO CATARINENSE. “Migração é principal motivo de crescimento populacional em Santa Catarina”. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/08/migracao-e-principal-motivo-de-crescimento-populacional-em-santa-catarina-4586836.html> Acesso em 30/05/17.

DIÁRIO CATARINENSE. “Cidades do litoral catarinense têm maior crescimento populacional percentual”. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/08/cidades-do-litoral-catarinense-tem-maior-crescimento-populacional-percentual-4585819.html> Acesso em 30/05/17.

FGV/CPDOC. “Verbete: LIGAS CAMPONESAS”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas> Acesso em 26/06/18.

GASPAR, Lúcia. Ligas Camponesas. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em:

<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em 26/06/18.

HORA DE SANTA CATARINA. Mais de 50 mil pessoas vivem em 64 comunidades irregulares de Florianópolis. Disponível em:

<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/08/mais-de-50-mil-pessoas-vivem-em-64-comunidades-irregulares-de-florianopolis-7300817.html> Acesso em 08/06/17

JORNAL MARUIM. Comuna Amarildo de Souza: Após três anos de resistência, comunidade se consolida em acampamento rural. Disponível em: <http://maruim.org/2016/12/22/comuna-amarildo-de-souzaapos-tres-anos-de-resistencia-comunidade-se-consolida-em-acampamento-rural/> Acesso em 28/06/18.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. A história da luta pela terra. Disponível em:

<http://www.mst.org.br/nossa-historia/> Acesso em 13/06/17.

NOTÍCIAS DO DIA. Santa Catarina tem 75,7 mil pessoas que moram em favelas. Disponível em:

<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/cerca-de-4-da-populacao-da-de-florianopolis-vive-em-submoradias> Acesso em 08/06/17.

\_\_\_\_\_. De invasões a comunidades, áreas irregulares viram bairros em Florianópolis. Disponível em:

<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/de-invasoes-a-comunidades-as-areas-irregulares-que-viraram-bairros-em-florianopolis> Acesso em 26/06/18.

PENA, Rodolfo F. Alves. Êxodo rural no Brasil. Disponível em:  
<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/Exodo-rural-no-brasil.htm> Acesso em 30/05/17.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA. Séries Históricas e Estatísticas: Taxa de Urbanização  
1940-2010. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/> Acesso  
em 06/06/17.